

SUMÁRIO

Apresentação	11
MANDADO DE SEGURANÇA: TUTELA PREVENTIVA, INIBITÓRIA E ESPECÍFICA. A SUSPENSÃO DA SEGURANÇA	
ADA PELLEGRINI GRINOVER	
1. Tutela preventiva, inibitória e específica contida no mandado de segurança	17
2. A suspensão da segurança	23
3. Conclusões.....	26
DIREITOS E DEVERES DOS AVÓS (ALIMENTOS E VISITAÇÃO)	
ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO	
1. Noções gerais	27
2. Direitos da personalidade	29
3. Dever alimentar dos avós.....	31
4. Direito dos avós a alimentos.....	34
5. Prisão civil dos avós, na prestação alimentar. E a prisão civil dos netos?	
5.1 Conceito e natureza jurídica da prisão por débito alimentar...	35
5.2 Prisão reiterada.....	40
5.3 Prazo da prisão	41
5.4 Lugar da prisão.....	43
5.5 Prisão civil dos avós.....	44
5.6 Prisão civil dos netos?.....	46
5.7 Minha posição	47
6. Direito e dever dos avós a alimentos no Código Civil italiano..	49
7. Direito e dever de visitas entre avós e netos.....	50

8. <i>Direito de visitas dos avós no Código Civil português e no francês</i>	53
--	----

CRIMINALIDADE E DIREITO PENAL

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

1. <i>A criminalidade no Brasil</i>	57
2. <i>Distorções na reação contra o crime</i>	61
3. <i>Responsabilidade penal objetiva</i>	64
4. <i>Responsabilidade penal da pessoa jurídica</i>	68
5. <i>Revisão e alterações doutrinárias</i>	73
6. <i>Caos legislativo</i>	76
7. <i>Conclusão</i>	79

TRATADOS INTERNACIONAIS E CONVENÇÕES DA OIT. ALGUNS ASPECTOS IMPORTANTES

CARLOS ROBERTO HUSEK

1. <i>À guisa de fundamento</i>	81
2. <i>Convenções da OIT</i>	
2.1 Aspectos gerais	84
2.2 Classificação das convenções	84
2.3 Característica especial de tais convenções	86
3. <i>Classificação dos tratados no sistema brasileiro</i>	87
4. <i>A problemática dos direitos fundamentais</i>	88
5. <i>Convenções da OIT e direitos humanos</i>	90
6. <i>Algumas convenções emblemáticas para o Direito brasileiro</i> ..	90
7. <i>Conclusão</i>	92

A APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO 81 DA OIT NO ATUAL CONTEXTO TRABALHISTA BRASILEIRO

CÁSSIO MESQUITA BARROS

1. <i>Introdução</i>	93
2. <i>Convenções da OIT sobre inspeção do trabalho</i>	95
3. <i>A Convenção 81 da OIT</i>	96
4. <i>A globalização e a inspeção do trabalho</i>	99
5. <i>A Convenção 81 e a inspeção do trabalho no Brasil</i>	100

6. <i>Considerações finais sobre a importância da Convenção 81 da OIT</i>	104
O BEM AMBIENTAL CRIADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO TERCEIRO GÊNERO DE BEM E A CONTRIBUIÇÃO DADA PELA DOUTRINA ITALIANA EM FACE DA ANÁLISE DOS DIREITOS METAINDIVIDUAIS....	109
CELSO ANTONIO PACHECO FIORILLO	
1. <i>Teoria da especificação do elemento unificador no direito subjetivo individual (direito de propriedade, direito à saúde, direito ao ambiente)</i>	124
2. <i>Teoria do ambiente como objeto unitário de interesses difusos..</i>	126
3. <i>Teoria do ambiente como objeto unitário de planejamento urbano</i>	128
4. <i>Teoria do ambiente como bem público (e portanto do erário) na jurisprudência da Corte de Contas (Tribunal de Contas) italiana...</i>	129
5. <i>A tese da uniformidade do meio ambiente no que tange ao dano ambiental, a teor do art. 18 da Lei 349, de 8.7.1986</i>	130
AS INOVAÇÕES BIOTECNOLÓGICAS E O DIREITO DAS SUCESSÕES.....	143
GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA	
NORMA ANTIELISÃO E SEGURANÇA JURÍDICA	155
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	
VIDA, SEGURANÇA E FELICIDADE. VISÃO CRÍTICA DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE MODERNA	
JAQUES DE CAMARGO PENTEADO	
1. <i>Introdução</i>	181
2. <i>Violência real e segurança desejada</i>	184
3. <i>Identificação das principais causas da violência</i>	186
3.1 <i>A miséria</i>	187
3.2 <i>A mídia</i>	188
3.3 <i>A desestruturação da família</i>	192
3.3.1 <i>A família e o direito</i>	194
3.3.2 <i>Estabilidade</i>	196
3.3.3 <i>Fidelidade</i>	198
3.3.4 <i>Singularidade</i>	200

3.4 O sistema legal e a violência.....	202
3.5 O meio ambiente e a violência.....	203
3.6 As drogas	205
3.6.1 Paradoxos contemporâneos	205
3.6.2 Prevenção geral	206
3.6.3 Prevenção jurídica	207
3.6.4 Prevenção individual	210
3.7 Considerações parciais	211
4. <i>A Moral, o Direito e a Religião: confusão, distinção, separação e confusão</i>	212
4.1 Confusão.....	213
4.2 Distinção.....	214
4.3 Separação.....	215
4.4 Confusão.....	217
5. <i>O bem comum</i>	219
6. <i>Conclusão</i>	223

“PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO”, DE VITTORIO EMANUELE ORLANDO (JURISTA)

JOSÉ DE OLIVEIRA MESSINA

1. <i>Traços biográficos</i>	227
2. <i>Considerações preliminares</i>	228
3. <i>A obra “Princípios de Direito Administrativo”</i>	228
4. <i>A atividade do Estado</i>	230
5. <i>Direito Administrativo e Ciência da Administração</i>	232
6. <i>Do Tribunal de Contas</i>	241

**A FORMA ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS
(LEI 11.419, DE 19.12.2006)**

JOSÉ RAIMUNDO GOMES DA CRUZ

1. <i>Explicações prévias</i>	245
2. <i>A Lei 11.280, de 16.2.2006</i>	247
3. <i>A Lei 11.419, de 19.12.2006</i>	248
4. <i>A comunicação por meio eletrônico</i>	250
5. <i>A intimação por meio eletrônico</i>	251
6. <i>A citação por meio eletrônico</i>	253

7. <i>O chamado processo eletrônico (melhor: a forma eletrônica dos atos processuais)</i>	255
8. <i>Disposições gerais e finais da Lei 11.419, de 19.12.2006</i>	259

A IDEOLOGIA DOS DIREITOS HUMANOS..... 263

JOSÉ RENATO NALINI

1. <i>O fundamento dos direitos humanos</i>	265
2. <i>O jusnaturalismo e os direitos humanos</i>	267
3. <i>Direitos Humanos e a Doutrina Social Cristã</i>	269

A COMPLEMENTAÇÃO DE LACUNAS NO CÓDIGO CIVIL – CONTINUA A VIGER O ARTIGO 4º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL?

ROGÉRIO FERRAZ DONNINI

1. <i>O processo legislativo e as mudanças sociais, políticas e econômicas</i>	275
2. <i>Noção de sistema jurídico. Sistemas abertos, fechados, móveis, heterogêneos, cibernéticos e autopoieticos</i>	277
3. <i>Lacunas no sistema do atual Código Civil. A analogia, os costumes e os princípios gerais do direito. Princípios positivados. As funções dos princípios</i>	280
4. <i>Existe lacuna se há costumes e princípios gerais do direito?</i>	284
5. <i>Conclusão</i>	285

A TAXA DE POLÍCIA DENOMINADA “ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)” – SUAS INCONSTITUCIONALIDADES E ILEGALIDADES – QUESTÕES CONEXAS

ROQUE ANTONIO CARRAZZA

1. <i>Intróito</i>	289
I – CONSIDERAÇÕES GERAIS	
2. <i>O princípio da estrita legalidade tributária</i>	290
2.1 <i>A lei: fundamento da faculdade regulamentar</i>	295
2.2 <i>Os regulamentos e os atos infra-regulamentares, em matéria tributária</i>	302
3. <i>As taxas no sistema constitucional tributário brasileiro</i>	
3.1 <i>Generalidades</i>	308
3.2 <i>As taxas de polícia</i>	311
3.2.1 <i>O conceito de poder de polícia</i>	315

4. <i>A base de cálculo possível das taxas de polícia</i>	
4.1 Considerações propedêuticas	319
4.2 Funções da base de cálculo	323
4.3 Conseqüências importantes para as “taxas de polícia”	327
5. <i>Irrelevância seja do “nomen juris”, seja da eventual delegação da capacidade tributária ativa</i>	330
II – O TEMA CENTRAL	
6. <i>Reequacionamento do problema e encaminhamento de sua solução jurídica</i>	332
7. <i>A natureza jurídica da “Anotação de Responsabilidade Técnica” (“ART”)</i>	333
8. <i>“Anotação de Responsabilidade Técnica”: afrontas aos princípios da estrita legalidade e da tipicidade fechada</i>	339
9. <i>“Anotação de Responsabilidade Técnica”: a inconstitucionalidade de sua base de cálculo</i>	345
10. <i>Epítome</i>	347

GRUPO ECONÔMICO: IMPLICAÇÕES DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA NO DIREITO SOCIETÁRIO E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO DO TRABALHO

TÉRCIO SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR

1. <i>Grupos convencionais e grupos de fato no Direito Societário e na Lei de Defesa da Concorrência</i>	349
2. <i>Grupo econômico e o Direito Trabalhista</i>	357

ANOTAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO COMO UM DOS FUNDAMENTOS DO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO

371

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

O REGIME JURÍDICO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA

WAGNER BALERA

1. <i>Introdução</i>	383
2. <i>A necessidade da revisão dos benefícios</i>	389
2.1 <i>Situações que podem e devem ser revistas</i>	390
3. <i>Legitimidade ativa para a propositura da ação</i>	393
4. <i>Função social da entidade de previdência privada</i>	395
5. <i>Fundamentação jurídica da medida judicial</i>	405